

Lisboa dos séculos XVI – XVIII: dinâmica populacional e caracterização social dos habitantes da freguesia da Sé*

Resumo

A aplicação da metodologia de reconstituição de paróquias de Norberta Amorim aos registos de baptismos, casamentos e óbitos da paróquia da Sé de Lisboa, entre meados do século XVI e meados do século XVIII, viabilizou a reconstituição de famílias, o acompanhamento de trajectórias individuais e a reconstituição da paróquia da Sé. Permitiu ainda conhecer e analisar comportamentos demográficos da sua população, que se caracterizou sobretudo pela existência de uma forte mortalidade e mobilidade, compreensível pelo facto de se tratar de uma freguesia urbana localizada junto do porto de Lisboa, num período em que a capital vivia tempos áureos devido ao comércio marítimo. Os dados qualitativos recolhidos nesses registos, como cargos, títulos, condição, profissões, permitiram ainda avançar para uma aproximação à realidade social dos habitantes dessa paróquia.

Palavras-chave: Freguesia da Sé de Lisboa, população, sociedade.

* Investigação desenvolvida no âmbito do projecto “Espaços urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII-XX)”, com referência PTDC/HIS-HIS/099228/2008, co-financiado pelo orçamento do programa COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade na sua componente FEDER e pelo orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na sua componente OE.

Introdução

Foi sobretudo a partir do reinado de D. Afonso III, na segunda metade do século XIII, quando Lisboa se tornou o centro político-administrativo do país, que se deu um rápido e enorme crescimento demográfico da cidade, acompanhado da urbanização de novos espaços, passando Lisboa a distanciar-se cada vez mais das outras povoações do Reino (Gonçalves, 1980). A sua população foi aumentando, passando dos cerca de vinte mil habitantes, nos finais do século XIII, para mais do dobro, no início do século XVI (Marques, 1994).

Nos séculos seguintes, a posição de destaque que ocupava nas descobertas marítimas e como grande centro do comércio mundial, tornaram-na, cada vez mais, no grande pólo de atracção de população, onde chegavam pessoas vindas de todas partes do Reino e do estrangeiro. Ao mesmo tempo que Lisboa crescia em importância, a sua população ia aumentando. Na altura do levantamento populacional de 1527-32, Lisboa era uma grande metrópole a nível europeu, com uma população que se situava entre os cinquenta mil e os sessenta e cinco mil habitantes (Marques, 1995) tendo aumentado, para mais do triplo, até meados do século XVIII.

Era uma cidade que concentrava o poder económico, político e religioso e também uma multiplicidade de actividades ligadas a cargos da administração pública, ao poder e à igreja. Os seus habitantes eram socialmente muito diversificados em relação à condição social e às actividades económicas por eles desempenhadas. Aí conviviam gentes de todas as raças e proveniências. Havia muitos mercadores estrangeiros, marinheiros, navegadores, militares e muitos outros. Além destes, muitos trabalhavam nos ofícios ou ocupações. Mas, entre os seus habitantes havia muitos trabalhadores sem qualquer tipo de qualificação: criados; escravos; pobres e mendigos (Oliveira, 1938). Homens,

mulheres e meninos órfãos pediam pelas portas, pela cidade e pelas igrejas, em meados do século XVI.

Nesta cidade, na parte Oriental, encontrava-se a freguesia da Sé sobre a qual recai a nossa investigação. Trata-se de uma das maiores freguesias de Lisboa e a maior das sete freguesias do interior da Cerca Moura, local central onde nascera a cidade. Era cabeça das restantes freguesias, com a sua Igreja Maior, catedral de Lisboa, onde se encontrava guardado o corpo do mártir S. Vicente, padroeiro da cidade, aí colocado pelo rei D. Afonso Henriques (Costa, 1869). A sua centralidade e proximidade com o estuário do Tejo, com a Ribeira e com Palácio Real, onde se concentravam as principais instituições administrativas e económicas do Reino, fizeram com que fosse habitada por uma população socialmente bastante diversificada.

Para o estudo demográfico e social desta população recorreremos às informações dos seus registos paroquiais de baptismos, casamentos e óbitos, entre os séculos XVI e XVIII. Aplicámos a metodologia de reconstituição de paróquias de Norberta Amorim, que viabilizou a reconstituição familiar e paroquial da freguesia, a análise de comportamentos demográficos de nupcialidade, fecundidade, mortalidade e mobilidade, num período anterior ao terramoto de 1755. Através dos dados qualitativos recolhidos nesses registos, como cargos, condição, títulos, formas de tratamento, profissões, avançámos para uma caracterização social dos seus habitantes.

Percebemos que, além dos membros do clero existentes na catedral, nela residiam naturais e estrangeiros, livres e escravos que desempenhavam uma diversidade de cargos ou actividades ocupacionais, ligadas, por exemplo, ao mar, à indústria das canastras ou à hospedagem. Mas, na freguesia residiam também famílias nobres e da

aristocracia de corte, identificadas pelo termo fidalgo, conde, cavaleiro, marquês, e pelas formas de tratamento restringidas a reduzidos grupos sociais, designadamente “Dom”, “Dona”, “Senhor”, “Senhora”, “Ilustríssimo”, “Excelentíssimo”. A presença de letrados na freguesia observou-se através de profissões como juiz, mas, principalmente, pelas repetidas referências feitas a doutores e licenciados.

Mas, na freguesia da Sé, passaram e residiram pessoas que ocupavam diversas profissões, como mercadores, naturais do Reino e estrangeiros, e pessoas ligadas aos ofícios mecânicos, nomeadamente sapateiros, barbeiros, canastreiros, alfaiates e muitos outros. O grande número de pessoas com profissões de natureza doméstica, nomeadamente criados e criadas, justifica-se pelo facto da Sé ser uma freguesia nobre que necessitava de albergar muitos servidores.

Trata-se, por isso, de uma população diversificada que reflecte diferentes estatutos e posicionamentos na hierarquia social, vigente na sociedade da época.

Vimos que se tratava de uma freguesia urbana com uma intensa mobilidade geográfica, compreensível pela sua localização junto ao porto de Lisboa, numa altura que Lisboa ocupava um lugar de destaque, devido ao comércio marítimo. Percebemos que as idades médias femininas e masculinas ao primeiro matrimónio eram baixas e a grande percentagem dos casamentos aí realizados envolviam nubentes não naturais da paróquia. Vinham de todas as partes do Reino, sobretudo do norte, mas também do estrangeiro. A grande percentagem de óbitos registados na paróquia era igualmente de pessoas vindas do exterior.

1.Aspectos globais dos comportamentos demográficos da freguesia da Sé de Lisboa

Localizada perto do rio, a freguesia da Sé foi um dos primeiros espaços urbanizados da cidade de Lisboa. Fundada no ano 1150, é uma das mais antigas freguesias da cidade.

Em 1551, a sua população era de seis mil cento e oitenta e sete almas e setecentos e dezoito vizinhos, distribuídos por trezentas e cinquenta casas, dezoito ruas, seis travessas e doze becos.

Em 1620, passado mais de meio século, excluindo-se os indivíduos com menos de sete anos, os escravos, os portugueses hóspedes, os que vinham à corte por motivo de negócios, os marinheiros das conquistas que vinham buscar a carga dos seus navios e os estrangeiros que abundavam na cidade de Lisboa, a freguesia da Sé era a sexta maior freguesia de Lisboa e a maior da Cerca Moura, em número de pessoas. Contudo, mantinham-se as seis mil cento e oitenta e sete almas e os setecentos e dezoito vizinhos, existentes em 1551.

Quadro 1 - Evolução da população da Freguesia da Sé (1551-1755)

Ano	Fonte	Habitantes
1551	Cristóvão Rodrigues de Oliveira (a)	6 187
1620	Fr. Nicolau de Oliveira (b)	6 187
Antes de 1755	Padre João Baptista de Castro/ Padre Luiz Cardoso (c)	4 255

a) OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de (1938), Sumário em que brevemente se contém algumas cousas (assim eclesiasticas como seculares) que há na cidade de Lisboa, Biblion, Lisboa, p.5;

b) OLIVEIRA, Frei Nicolau de (1991), Livro das Grandezas de Lisboa, Conhecer Lisboa, Vega, p. 529;

c) CASTILHO, Júlio de (1936), Lisboa Antiga Bairros Orientais, 2ª ed., vol. VI, Lisboa, p. 222.

A estagnação do crescimento populacional registada na freguesia da Sé no século XVII, é, em parte, explicável pelo facto de em meados do século XVI, a área urbana delimitada pela Cerca Moura e as freguesias mais antigas localizadas à sua volta serem as mais povoadas e, por isso, as que apresentavam uma menor capacidade de expansão, devido às limitações físicas do seu espaço.

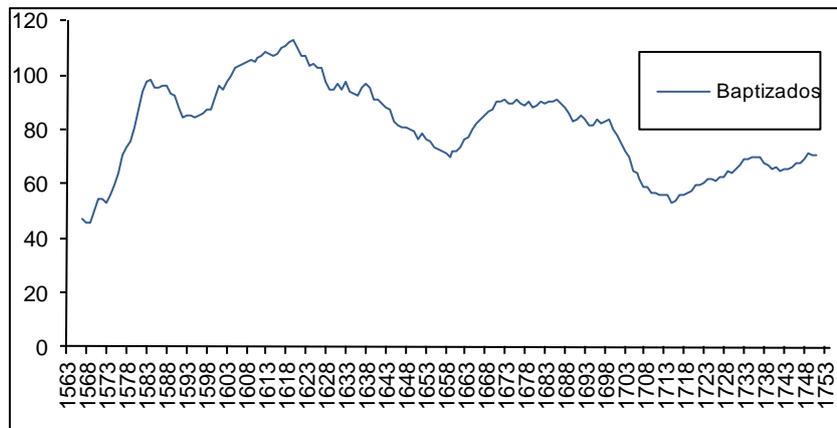
O movimento de saída de população para junto do rio, que acompanhou a mudança do rei D. Manuel, do Paço da Alcáçova para o Paço da Ribeira, no século XVI, poderá justificar, em parte, o decréscimo da população para os quatro mil duzentos e vinte cinco mil habitantes, registado antes do terramoto de 1755.

1.1 Evolução global dos nascimentos, casamentos e óbitos (séculos XVI-XVIII)

Para obtermos uma visão geral e aproximada da evolução da população da freguesia da Sé, tentámos conhecer o movimento anual de nascimentos, casamentos e óbitos, através dos dados recolhidos nos assentos dos três tipos de actos, registados na paróquia entre meados do século XVI e meados do século XVIII.

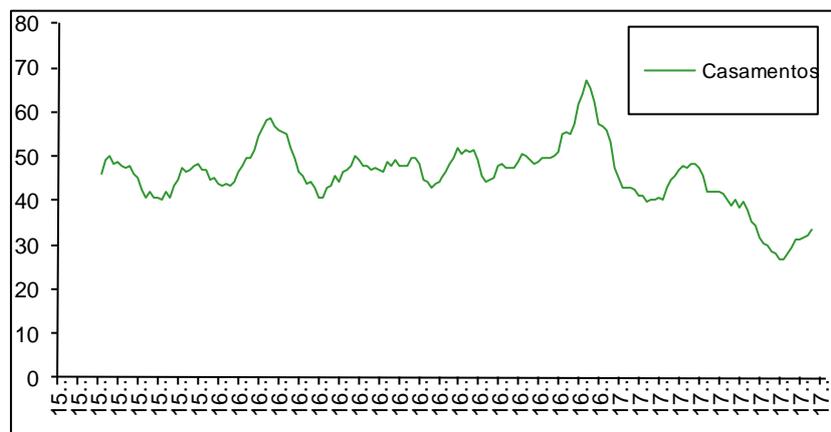
Utilizámos o método das médias móveis de nove anos que permite uma normalização dos comportamentos e uma melhor percepção dos diferentes ritmos de crescimento e das mutações ocorridas ao longo de toda a observação, na medida em que são eliminados os efeitos perturbadores das flutuações anuais.

Gráfico 1 - Movimento dos baptizados
Médias móveis de 9 anos
1563-1755



O gráfico do movimento dos baptizados regista um movimento de subida que, embora ligeiramente interrompido nos finais do século XVI, pela altura da peste, continuou a subir até por volta de 1620, e não voltou a atingir o número de nascimentos registados entre os finais do século XVI e 1620, ano em que atingiu o pico máximo de toda a observação, com uma média anual de 113 nascimentos.

Gráfico 2 - Movimento dos casamentos
Médias móveis de 9 anos
(1570-1755)

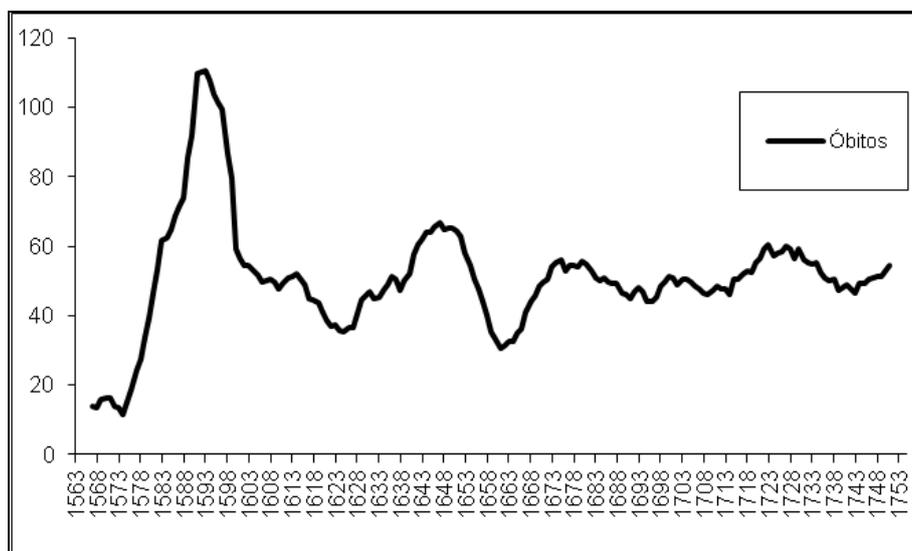


Fonte: Registos paroquiais de casamento

Da apreciação do movimento global dos casamentos, constatou-se que o maior volume de casamentos se registou na segunda metade do século XVII. A primeira metade do século XVIII foi o período menos favorável à realização de casamentos.

Estas oscilações registadas no decorrer da observação da evolução dos casamentos poderão reflectir variações ocorridas no acesso ao matrimónio, na idade média ao primeiro casamento e nos efectivos de cada geração.

Gráfico 3 - Movimento dos óbitos
Médias móveis de 9 anos
(1570-1755)



Fonte: Registos paroquiais de óbito

O gráfico do movimento dos óbitos reflecte uma imagem parcial dos falecidos na freguesia, na medida em que as crianças que morreram com menos de sete anos nem sempre foram registadas. O facto do registo de óbito de crianças não ser obrigatório e depender do critério dos párocos, fez com que os curas da paróquia da Sé não o fizessem de uma forma regular. Tal facto, inviabilizou, não só, a observação de alguns comportamentos relativos à mortalidade, mas também a apreciação do saldo fisiológico,

através da comparação dos movimentos de baptizados e falecidos, e a análise do movimento geral da população da desta freguesia.

O movimento dos óbitos aponta, contudo, para períodos de maior mortalidade nos anos de peste, sentida em Lisboa no final do século XVI, e na década de quarenta do século XVII, coincidindo com a Restauração da independência e guerra com Espanha.

Em síntese, os movimentos dos baptismos, casamentos e óbitos, apesar dos últimos não terem sido registados na sua totalidade, apontam para uma evolução da população tendencialmente negativa, embora com alguns momentos de recuperação, mas cujos valores registados não voltaram a atingir os de 1620.

2. Comportamentos de nupcialidade

Nas sociedades de Antigo Regime, o casamento era regulamentado pela Igreja Católica e o objectivo fundamental do casamento era a procriação. Por outro lado, todo o acto sexual ocorrido fora dele, além de pecado mortal para a Igreja, era socialmente reprovado (Lebrun, 1983).

Até 1564, ano em que foram promulgados os decretos aprovados no Concílio de Trento, não era necessária a presença de um pároco nem das testemunhas para que o casamento fosse válido. No entanto, a igreja sempre tentou impor aos fiéis a obrigatoriedade de o publicitarem e desde muito cedo se decidiu que o casamento se realizava diante da porta da igreja e em tempo de concurso do povo. Mas, a partir do Concílio de Trento, o casamento só seria válido com a presença do pároco e de testemunhas, excepto em casos muitos especiais, como em caso de morte, e os casamentos clandestinos passaram a ser severamente punidos.

Havia, de facto, uma preocupação da igreja em relação a estes comportamentos considerados desviantes e penas para os não cumpridores das normas de conduta social

e religiosa face ao casamento que, para a Igreja, se traduzia na união indissolúvel entre homem e mulher, em face da Igreja, na presença de testemunhas e com a intervenção de um padre que os recebia por marido e mulher, dando origem a um novo núcleo familiar e ao início de um novo processo reprodutivo (Lebrun, 1983). Assim organizada e controlada, a reprodução biológica das populações estava socialmente assente no casamento, no interior do qual ocorria a maioria dos nascimentos.

Assim, partindo da base de dados da paróquia reconstituída observámos a distribuição mensal e semanal dos casamentos, origem geográfica combinada dos nubentes celibatários, naturalidade dos nubentes, passando, depois, à observação da idade média ao primeiro casamento feminino e masculino e às idades combinadas dos nubentes celibatários.

2.1 Distribuição mensal dos casamentos

Os costumes próprios de cada população, as tradições, assim como também a religião, o género de vida e os meios económicos determinam em grande parte a escolha da época do ano para a realização dos casamentos (Mols, 1954).

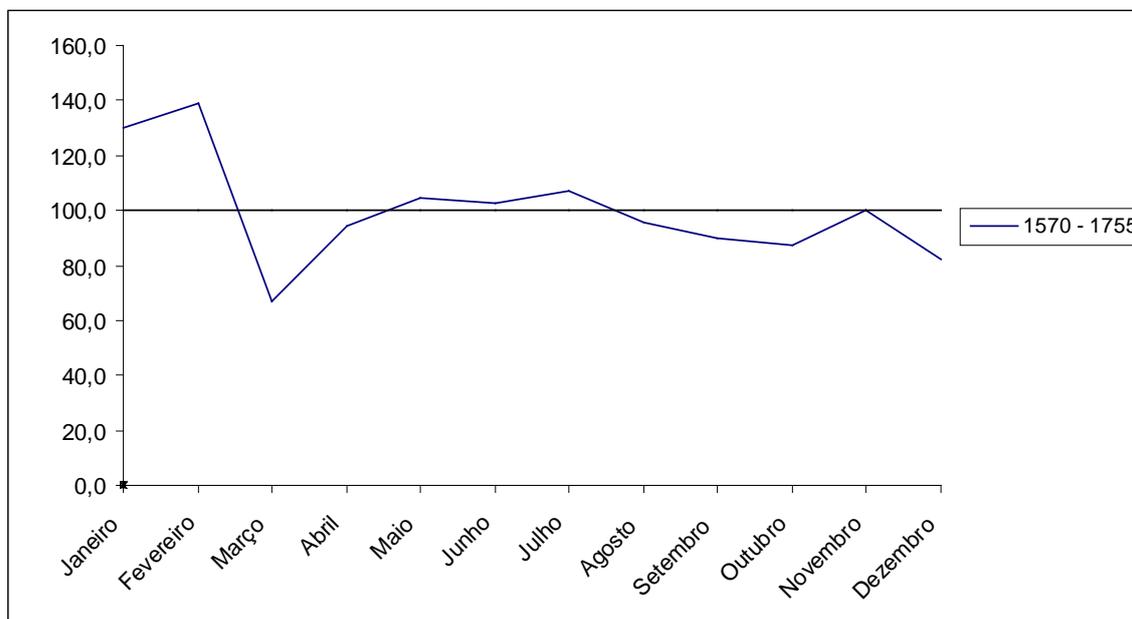
Ao estudarmos a nupcialidade de uma freguesia urbana da cidade de Lisboa, procurámos observar em que medida os factores religiosos e a diversidade de actividades económicas exercidas pela sua população influenciaram ou não a distribuição dos matrimónios ao longo dos meses do ano, entre 1570-1755.

Quadro 2 – Distribuição mensal dos casamentos (1570-1755)

Meses	Obs.	Índice (100)
Janeiro	938	130,0
Fevereiro	912	138,7
Março	481	66,6
Abril	661	94,6
Mai	754	104,5
Junho	718	102,8
Julho	771	106,8
Agosto	692	95,9
Setembro	630	90,2
Outubro	632	87,6
Novembro	698	99,9
Dezembro	595	82,4

Fonte: registros paroquiais de casamento

**Gráfico 4 – Distribuição mensal dos casamentos
(índices)
(1570-1755)**



No quadro 2 e gráfico 4, representativo desses comportamentos entre 1570 e 1755, podemos visualizar uma maior concentração de matrimónios nos meses de Fevereiro e Janeiro, seguindo-se os meses do início do Verão e do final da Primavera: Julho, Maio e Junho, todos com índices superiores ao índice médio. O mês de Março foi o menos preferido para as celebrações matrimoniais, com uma descida bastante acentuada do volume de casamentos, o que parece traduzir uma conformidade da população da freguesia da Sé relativamente às recomendações da Igreja Católica relacionadas com o respeito pela Quaresma. Este comportamento repetiu-se no mês de Dezembro, com uma diminuição da frequência dos casamentos, embora menor do que a observada no período da Quaresma, o que parece reflectir uma menor observância das determinações religiosas durante o tempo do Advento. Dezembro ocupou, assim, a segunda posição entre os meses menos procurados pelos noivos para a celebração matrimonial.

Verificou-se ainda que em Fevereiro e Abril e, depois, em Novembro e Janeiro, meses imediatamente anteriores e posteriores a esses tempos interditos, a frequência de matrimónios aumentou. Repare-se que os maiores índices de casamentos registados

entre 1570 e 1755, verificaram-se em Fevereiro e Janeiro, meses que se seguem ao período do Advento e anteriores ao período da Quaresma, período de reflexão e penitência, em que a Igreja Católica restringia os casamentos, e durante o qual todos os divertimentos públicos deveriam ser evitados (Lebrun, 1983).

Sabemos que os noivos que casavam no período da Quaresma e do Advento só posteriormente recebiam as bênçãos matrimoniais, interditas durante esses períodos. indicação que costumava ser registada nos assentos de casamento pelos curas da paróquia da Sé: *“não receberam as bênçãos matrimoniais, por ser Quaresma”*; *“não receberam as bênçãos matrimoniais por ser Advento”*; *“não receberam as bênçãos por ser no tempo proibido”*.

Além destes imperativos religiosos, outras motivações levariam os nubentes a optar por determinados meses do ano em detrimento de outros, para as celebrações matrimoniais. Certamente que a escolha do mês para casar não seria indiferente a pressões relacionadas com as actividades económicas, não apenas agrícolas, pois Lisboa estava rodeada de infinitas e riquíssimas quintas (Oliveira, 1991), mas também com as intensas actividades portuárias relacionadas com a chegada e partida de barcos, cargas e descargas de mercadorias e actividades piscatórias, numa altura que Lisboa ocupava um lugar de destaque, devido ao comércio marítimo. Por exemplo, Villalba (2002) refere que era habitualmente no mês de Março, que as naus anualmente partiam de Lisboa para as Índias, para apanharem o bom tempo, porque, quando partiam mais tarde, não podiam passar às Índias por causa dos ventos contrários. Admite-se a realização de casamentos antes da partida de noivos e seus familiares para essas terras longínquas.

Por outro lado, a menor frequência de casamentos entre Agosto e Novembro e a preferência por um período entre Maio e Julho, meses do final da Primavera e início do

Verão, poderão dever-se a constrangimentos relacionados com as actividades económicas. Se, tal como François Lebrun (1983), admitirmos que as pessoas casavam-se muito pouco nos períodos de grandes trabalhos e muito imediatamente antes desses períodos, os meses de maior ocupação em actividades laborais, quer marítimas, quer relacionadas com as actividades agrícolas, como a ceifa, as vindimas, a preparação da terra para as sementeiras e outras, seriam, possivelmente, já depois do início do Verão e até ao final do Outono.

2.2 Distribuição semanal dos casamentos

Nos séculos XVII e XVIII, muitos bispos lembravam os fiéis que era lícito casar em qualquer dia da semana, excepto aos domingos e dias de festa, pelo facto dos párocos se encontrarem ocupados com as missas dominicais, mas também, porque sendo o domingo considerado pela Igreja Católica o Dia do Senhor, não deveria ser profanado com divertimentos próprios dos casamentos (Lebrun, 1983).

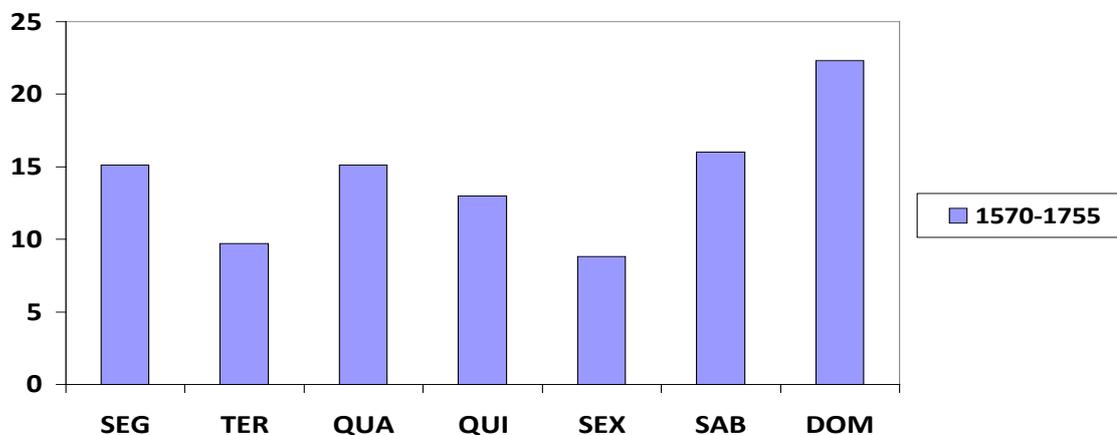
Para a freguesia da Sé de Lisboa, procurámos saber quais os dias da semana mais escolhidos pelos noivos para a celebração dos matrimónios.

Quadro 3 – Distribuição semanal dos casamentos (1570-1755)

Dias	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo	Total
Obs.	1281	824	1279	1101	750	1356	1891	8482
%	15,1	9,7	15,1	13	8,8	16	22,3	100

Fonte: Registos paroquiais de casamento

**Gráfico 5- Distribuição semanal dos casamentos
(%)
(1570-1755)**



Para um período anterior a 1755, os dados apontam o domingo como dia de maior concentração de casamentos, com 22,3% celebrados na paróquia da Sé de Lisboa.

Domingo era o dia de descanso das tarefas laborais, permitindo, talvez mais facilmente, a participação dos convidados na cerimónia e boda nupcial. Imediatamente a seguir, entre os dias preferidos para as celebrações matrimoniais, encontram-se o sábado, segunda e quarta-feira. Com a menor frequência de casamentos, talvez por lembrar a morte de Cristo e não se poder comer carne, aparece a sexta-feira, seguindo-se depois a terça-feira. Estudos feitos para França, revelaram que, também aí, poucos casamentos eram celebrados à sexta-feira (Lebrun, 1983).

Na paróquia da Sé de Lisboa, através da naturalidade dos nubentes, verificámos que muitos nubentes eram oriundos de outros locais e alguns não residiam na paróquia, sendo, por isso, necessário um alvará de licença para a celebração do casamento, justificado pelo facto de não serem naturais da paróquia, e anotado no registo de casamento.

2.3 Origem geográfica combinada dos nubentes celibatários

Para a análise da origem combinada dos nubentes solteiros, utilizámos os registos paroquiais de casamento em que as naturalidades de ambos os nubentes eram conhecidas. Dividimos a observação em dois períodos: 1570-1650 e 1651-1700. No primeiro período, em 1258 casamentos identificámos a naturalidade de ambos os cônjuges e, no segundo, esse valor foi de 1410 casos.

Quadro 4 - Origem combinada dos nubentes celibatários
%

Homens	Mulheres			
	1570-1650		1651-1700	
	Naturais	De fora	Naturais	De fora
Naturais	4,1	1,2	1,2	2
De fora	22,2	72,5	13	83,8

Fonte: Registos paroquiais de casamento

O quadro “origem combinada dos nubentes celibatários” mostra que a grande percentagem de casamentos foram contraídos entre nubentes naturais de fora da paróquia: 72,5% e 83,8%, respectivamente em 1570-1650 e em 1651-1700. O maior peso proporcional das mulheres naturais da freguesia da Sé (22,2% e 13%) a casar na sua freguesia, poderá apontar para o costume das noivas celebrarem matrimónio na sua paróquia de origem. Por outro lado, os matrimónios entre homens naturais da paróquia e mulheres nascidas no exterior foram bastante reduzidos, com valores de 1,2% e 2% no primeiro e no segundo sub-período, respectivamente. Os casamentos em que ambos os noivos eram naturais da freguesia da Sé foram igualmente bastante reduzidos, com percentagens que se situaram nos 4,1% no primeiro sub-período e em 1,2% no segundo.

Estes valores relativos à origem combinada dos nubentes que casaram na freguesia da Sé de Lisboa traduzem a grande mobilidade geográfica desta paróquia.

2.3. 1 Naturalidade dos nubentes

Para observarmos a grande diversidade de naturalidades dos nubentes solteiros, extraídas dos registos paroquiais de casamentos, entre 1570 e 1700, agrupámos os naturais do Reino em bispados e arcebispados, como eram referenciados nos registos. Isto porque, o Reino de Portugal estava dividido em três arcebispados: Braga; Lisboa e Évora, integrando cada um deles os seus respectivos bispados. Por vezes, era indicado o lugar ou aldeia de origem, vila, cidade, termo da cidade, ou unicamente o bispado ou arcebispado donde eram naturais. Noutros casos, os párocos apenas indicavam que era “de fora”, “de fora da paróquia” ou “de fora do arcebispado”.

Separámos os naturais da freguesia da Sé dos naturais de outras freguesias de Lisboa.

No grupo dos que vinham de outros locais do Reino, incluímos todos aqueles que os párocos apontaram como provenientes de fora da paróquia, bem como as localidades que, devido à falta de informação fornecida, não conseguimos localizar geograficamente. Separámos os que vinham de países da Europa dos que vinham de África. Com base nestas informações, calculámos a percentagem de cada grupo de naturalidades em relação ao total de contraentes celibatários masculinos e femininos, com naturalidade identificada, que celebraram matrimónio na freguesia da Sé de Lisboa, nesse período.

**Quadro 5 - Naturalidade dos nubentes celibatários
1570-1700**

	Naturalidade	Homens		Mulheres		
		Obs.	%	Obs.	%	
Arcebispado de Lisboa	Freguesias de Lisboa	Sé	144	4,1	700	22,1
		Outras Freguesias de Lisboa	626	17,8	770	24,2
		Total freguesias	770	21,9	1470	46,3
	Arcebispado de Lisboa	Outros locais do Arcebispado De Lisboa	773	21,9	705	22,2
		Total do Arcebispado Lisboa	1543	43,8	2175	68,5
	Arcebispado de Braga		1094	31,1	526	16,5
Arcebispado de Évora		130	3,7	64	2	
Outros locais do Reino		530	15	301	9,5	
De fora do Reino	África	92	2,6	42	1,3	
	Europa	133	3,8	69	2,2	
Total Geral		3522	100	3177	100	

Fonte: registos paroquiais de casamento

Vimos que prevalece a proximidade geográfica, nomeadamente no sexo feminino. Os nubentes vinham sobretudo de outras freguesias da cidade de Lisboa, de outros locais pertencentes ao Arcebispado de Lisboa. Muitos vinham do Arcebispado de Braga e de outros locais do Reino. Em menor percentagem, encontrámos nubentes vindos da Europa, sobretudo de Espanha, compreensível não só pela proximidade geográfica mas também pelo domínio espanhol, entre 1580 e 1640. Da Europa vinham também pessoas de França, Irlanda, Inglaterra, Alemanha, Flandres, Holanda, Itália, entre outros. Ainda em menor percentagem, vinham do continente africano: Angola, Cabo Verde, Tânger, Mazagão.

2.3. 1. Idade média ao primeiro casamento

No Antigo Regime, o casamento era uma união indissolúvel entre homem e mulher, contudo, sujeita a diversas influências, nomeadamente de natureza social, económica e cultural. Para casar, teria de ser economicamente possível ao casal assegurar o seu próprio sustento e dos filhos que nascessem dessa união. Entre outros factores, a morte desempenhava um papel importante na constituição de novas famílias através do casamento, não só, porque a morte de um familiar, nomeadamente o pai, poderia assegurar economicamente a possibilidade de manter essa nova família, mas também para reconstituir a comunidade dissolvida, razão pela qual o número de casamentos aumentava a seguir às grandes crises de mortalidade (Lebrun, 1983).

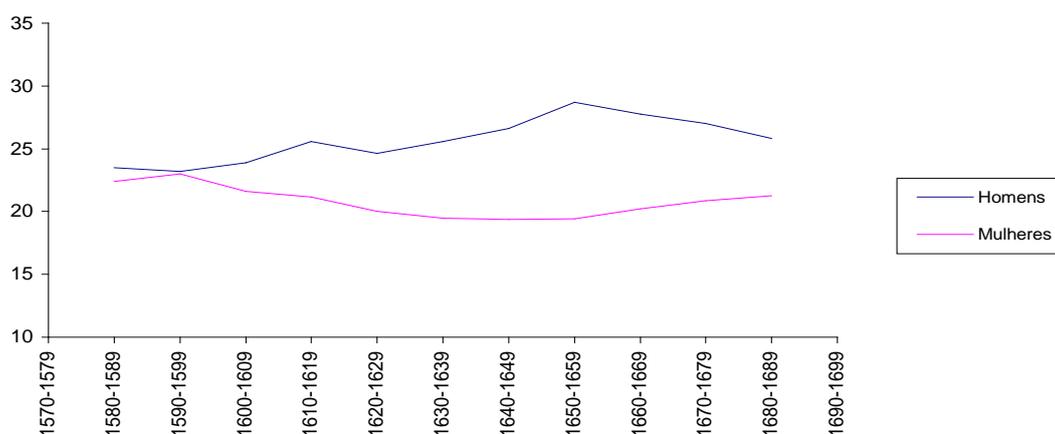
Sabe-se que as crises de mortalidade ou as crises económicas podem afectar o acesso ao casamento (Amorim, 1991). Mas, além da mortalidade e de outras influências de natureza sócio-económica e cultural, a nupcialidade é uma variável demográfica também influenciada pela mobilidade e condiciona, por si mesma, a renovação das gerações.

Assim, a idade média ao primeiro casamento é um dos indicadores mais importantes no estudo desta variável. Sabendo-se que nas sociedades de Antigo Regime a maior parte dos nascimentos ocorria no interior do casamento, interessa-nos conhecer o comportamento precoce ou tardio face ao primeiro casamento, sobretudo feminino, podendo, em períodos anteriores à difusão dos métodos de controlo dos nascimentos, o número de filhos por casal ser maior ou menor consoante a idade em que contraiu matrimónio.

Mediante uma análise de natureza longitudinal (Amorim, 1992), observámos o comportamento das gerações nascidas na freguesia da Sé de Lisboa, em cada grupo de dez anos, desde 1570 até 1699.

Como nos registos de casamento não era dada a indicação da idade ao matrimónio, o cálculo da idade média foi efectuado, apenas, para os nubentes com data de nascimento e casamento conhecidas, reduzindo, por isso, o número de observações possíveis.

Gráfico 6 - Idade média ao primeiro casamento
Gerações nascidas entre 1570-1699
(médias móveis de 3 décadas)



Esta análise permitiu-nos verificar a existência de casamentos precoces em ambos os sexos, mas sobretudo para o sexo feminino. As mulheres nascidas durante esse período casaram, em média, aos 20,9 anos e os homens aos 25,3, com uma diferença média de idades de 5,6 anos. Pelas observações decenais, vimos que as raparigas casaram entre os 19,4 e os 24,4 anos. Nos rapazes, essas idades oscilaram entre os 21,5 e os 31,5 anos de idade. A maior proximidade entre as idade médias ao primeiro casamento masculino e feminino observou-se nas gerações nascidas nas últimas décadas do século XVI, com os homens a casar entre os 23 e os 24 anos e as mulheres entre os 22 e os 23 anos de idade. Nas gerações de homens nascidos no século XVII, a idade média ao primeiro casamento situou-se entre os 25 e os 27 anos. No caso das mulheres, essas idades situaram-se entre os 19 e os 21 anos de idade. Por outro lado, a subida da idade média ao casamento dos homens nascidos entre 1620 e 1659 foi acompanhada por uma ligeira descida da idade média ao casamento das mulheres nascidas nesse período, levando a um maior distanciamento entre essas idades. Nas gerações nascidas nas últimas décadas do século XVII, esse afastamento foi menos demarcado.

Concluí-se que as mulheres casaram, em média, aos 21 anos e os homens aos 26 anos, casando eles, sobretudo, com mulheres mais novas ou da mesma faixa etária. Estes comportamentos relativos à nupcialidade parecem apontar para um contraste entre a nupcialidade do norte e do sul do país.

2.4 Idades combinadas dos nubentes celibatários

Pelas Constituições do Arcebispado de Lisboa sabemos que os noivos para poderem casar tinham que ter a “idade perfeita”: os homens catorze anos e as mulheres doze. O que estivesse em “idade perfeita” não se devia arrepender, mas esperar até que o outro tivesse idade para casar, dado que, com sete anos de idade, tanto para o rapaz como para

a rapariga, já se podiam fazer os esponsórios, isto é, a promessa de casamento entre noivos.

Sabendo que às raparigas era permitido aceder ao matrimónio mais cedo do que os rapazes, procurámos saber com que frequência os nubentes celibatários casaram com pessoas do mesmo grupo de idades e de grupos de idades diferentes. Para isso, procedemos ao cruzamento das faixas etárias dos nubentes solteiros que, entre 1620 e 1755, contraíram matrimónio na paróquia da Sé de Lisboa, e para os quais conhecemos a data de casamento.

Quadro 6 – Idades combinadas dos nubentes celibatários
%
1620-1755

Homens	Mulheres									
Grupos idades	12-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50 ou +	Total
12-14	-	3,4	-	-	-	-	-	-	-	3,4
15-19	-	6,9	-	-	-	-	-	-	-	6,9
20-24	-	10,4	24,2	10,4	-	3,4	3,4	-	-	51,8
25-29	-	10,4	6,9	-	-	-	-	-	-	17,3
30-34	-	6,9	3,4	-	-	-	-	-	-	10,3
35-39	-	-	-	-	3,4	-	-	-	-	3,4
40-44	-	-	6,9	-	-	-	-	-	-	6,9
45-49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
50 ou +	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	38	41,4	10,4	3,4	3,4	3,4	-	-	100

Verificámos que a combinação etária mais frequente, com 24,2%, foi entre cônjuges em que ambos tinham entre 20 e 24 anos. As segundas uniões mais frequentes, com 20,8%, deram-se entre homens dos 20 aos 24 anos e dos 25 aos 29, com raparigas mais novas, com idades entre os 15 e os 19 anos. Com 10,4% posicionaram-se as uniões de homens com idades entre os 20 e os 24 anos com mulheres que tinham entre os 25 e os 29 anos de idade.

3. Fecundidade

Nas sociedades de Antigo Regime a fecundidade dita “natural” ao ser influenciável por uma diversidade de factores, varia consideravelmente consoante as populações (Amorim, 1992). Estes diferentes comportamentos relativos à fecundidade dependem de variáveis demográficas interdependentes, como a mortalidade e a idade ao casamento, reguladores decisivos da fecundidade, e também da interacção entre outros factores de natureza socio-cultural, religiosa, económica, biológica, que conduzem a estruturas demográficas específicas.

Tendo em conta que a maioria dos nascimentos ocorriam dentro do casamento, abordámos a fecundidade legítima separadamente da fecundidade ilegítima, isto é, das concepções e nascimentos que ocorreram fora do matrimónio. O baixo volume de observações utilizadas em algumas análises deveu-se essencialmente à intensa mobilidade geográfica da paróquia, e ao facto de nas diferentes análises se utilizarem unicamente as famílias que permitem retirar com rigor a informação pretendida, segundo uma tipologia previamente estabelecida (Amorim, 1991). Assim, calcularam-se as taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher e os espaçamentos entre o casamento e o primeiro nascimento, e entre os diversos nascimentos. Procurou-se ainda observar o número de filhos nascidos por casal e a influência da mortalidade

precoce no número de nascimentos, através da repartição dos casais segundo o número de filhos que tiveram, em função dos anos de duração dos matrimónios. Calculámos ainda o intervalo protogenésico e os intervalos intergenésicos.

3.1. Taxa de fecundidade legítima

Calculámos as taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher. Considerámos apenas as famílias para as quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data de nascimento da mulher e data de óbito do primeiro cônjuge falecido, para o período de 1564-1755¹, e num total de apenas 120 famílias, que se deveu à grande mobilidade geográfica da paróquia da Sé de Lisboa.

Os indicadores utilizados foram: a taxa de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher, isto é, o número de crianças nascidas em cada ano de convivência conjugal por grupos de idade da mulher (Amorim, 2004), a descendência teórica e a idade média da mãe ao nascimento do último filho.

**Quadro 7 – Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades
Descendência teórica (DT)
(mil mulheres)
1564-1755**

Obs.	< de 20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	D.T.
120	337	340	348	293	270	126	33	8,7

Constata-se que, para o período de 1564-1755, as taxas de fecundidade mais elevadas registaram-se na faixa etária das mulheres dos 25-29 anos, seguida da dos 20-24 anos e do grupo de idades com menos de vinte anos, revelando uma maior capacidade reprodutiva das mulheres dessas idades. A partir do grupo dos 30-34 anos, o nível de

¹ Por motivos de representatividade considerámos apenas um único período de análise.

fecundidade reduziu progressivamente à medida que as mulheres avançaram na idade, tornando-se notória a associação entre a variável idade e a capacidade de reprodução dessas mulheres.

A descendência teórica, aproximou-se dos nove filhos por casamento, ou seja, na ausência de ruptura de união devido à mortalidade do cônjuge, seria esperada uma média de 8,7 filhos por casal. A idade média da mãe ao nascimento do último filho situou-se nos 39,6 anos, ao longo de toda a observação, 1564-1755.

3.2. Intervalo protogenésico

Para o cálculo dos intervalos entre o casamento e o primeiro nascimento, consideramos apenas os intervalos iguais ou superiores a oito meses, em virtude dos intervalos inferiores puderem corresponder a concepções pré-nupciais (Dupâquier, 1984). As famílias utilizadas nesta observação foram apenas aquelas para as quais eram conhecidas a data de nascimento da mulher e a data de casamento (Amorim, 1995).

**Quadro 8 – Intervalo protogenésico inferior a um ano
1564-1755**

Intervalo em meses	Grupos de idades da mulher									
	Menos de 20		20-24		25-29		30 e mais		Todas idades	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
8-11	34	23,9	38	43,2	17	53,1	10	37	99	34,3
12 e +	108	76,1	50	56,8	15	46,9	17	63	190	65,7
Totais	142	100	88	100	32	100	27	100	289	100

A distribuição percentual dos casos conhecidos mostra que os intervalos protogenésicos de 10, 11 e 12 meses foram aqueles em que recaiu o maior número de nascimentos, com um comportamento semelhante em todos os grupos de idades. Foi no grupo das mulheres dos 25-29 anos, seguido do grupo dos 20-24 anos, que recaiu a maior percentagem de nascimentos entre o oitavo e o décimo segundo mês após o casamento. As mulheres com menos de vinte anos foram as que mais tempos esperaram para ter o seu primogénito. Sabendo que os valores de fecundabilidade poderão ser diferentes consoante a família e as zonas analisadas (Amorim, 1992), as mulheres desta freguesia poderão ter atingido mais tarde a sua capacidade reprodutiva. A idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho rondou os 22,5 anos de idade.

Observámos ainda a duração média do intervalo protogenésico, segundo a idade da mulher ao casamento.

**Quadro 9 – Intervalo protogenésico médio
Por grupos de idades da mulher ao casamento
1564-1755**

Grupos de idades da mulher				
Menos de 20	20-24	25-29	30 e +	Todas idades
30,8	22,7	18,8	17,4	24,4

É visível uma tendência de um elevado intervalo protogenésico médio e um maior tempo de espera das mulheres que casaram com menos de 20 anos em engravidar. As que casaram mais tarde, foram as que tiveram o primeiro filho passado menos tempo após o casamento, revelando uma maior facilidade destas mulheres em engravidar.

O intervalo médio entre o casamento e o primeiro nascimento, para todas as idades da mulher ao casamento, aproximou-se dos vinte cinco meses.

4.3. Intervalos intergenésicos

Em períodos anteriores à difusão dos métodos anticoncepcionais, os maiores ou menores intervalos entre os diversos nascimentos, dependiam de uma diversidade de factores, entre eles, a amenorreia pós-parto, a duração do período de amamentação do anterior filho nascido, a mobilidade geográfica da população masculina e outras interferências de carácter social, cultural e económico.

**Quadro 10 – Primeiro intervalo intergenésico médio
(em meses)
1564-1755**

Grupos de idades da mulher				
Menos de 20	20-24	25-29	30 e +	Todas as idades
31,7	29,7	27,6	28	29,9

Ao compararmos os intervalos protogenésicos com os intergenésicos, constatamos que os segundos foram mais alargados. Este facto, deve-se, entre outros, à influência da amamentação e da amenorreia pós-parto. As mulheres esperavam, em média, cerca de 30 meses para o nascimento do segundo filho.

As mulheres que casaram com menos de 20 anos foram as que esperaram mais tempo, contrariamente às que casaram na faixa etária dos 25-29 anos.

Os largos intervalos intergenésicos encontrados para a freguesia da Sé de Lisboa poderão reflectir um sub-registo de mortalidade à nascença e também a influência da ausência prolongada de homens casados que partiam para terras longínquas, com repercussões nos níveis de fecundidade legítima.

Partindo-se do pressuposto da existência de um maior equilíbrio nas famílias numerosas, calculámos os intervalos intergenésicos médios sucessivos para os casais que tiveram cinco ou mais filhos, independentemente da idade da mulher.

**Quadro 11 –Intervalos intergenésicos médios sucessivos
(famílias numerosas-todas as idade da mulher)
1564-1755**

Intervalos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
Meses	27	27,7	29,8	31	32,3	30,5

Percebemos que à medida que as mulheres iam tendo mais filhos, maior era o tempo de espera entre os nascimentos. A única excepção observou-se no sexto intervalo, com uma redução do tempo médio de espera para o nascimento dos filhos: as mulheres esperavam mais tempo para ter o quinto e o sexto filho e menos pelo nascimento do sétimo filho. Os diversos intervalos intergenésicos médios reflectem um ritmo lento de nascimentos. Tal como nos diz Alain Bideau (1984: 58-59): “cada mulher tem um comportamento fecundo próprio e a verdadeira homogeneidade encontra-se ao mesmo tempo ao nível individual e familiar”.

5. Número de filhos nascidos por casamento

Para a análise do número de filhos nascidos por casamento, considerámos todas as famílias para as quais eram conhecidas as datas de casamento e de óbito do primeiro cônjuge falecido. Primeiro, observámos o número de filhos nascidos por casamento independentemente do tempo de duração do casamento e da idade da mulher ao casamento, depois observámos em função dos anos de duração do matrimónio.

**Quadro 12 – Repartição das famílias segundo o número de filhos
(independentemente da duração do casamento)**

Nº de Filhos	1564-1650		1651-1755		1564-1755 (global)	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
0	194	18,1	214	19	408	18,6
1	251	23,4	258	23	509	23,2
2	208	19,4	212	18,9	420	19,1
3	130	12,1	108	9,6	238	10,8
4	80	7,4	86	7,6	166	7,5
5	62	5,8	69	6,1	131	6
6	56	5,3	51	4,5	107	4,9
7	35	3,3	45	4	80	3,6
8	16	1,5	30	2,7	46	2,1
9	20	1,8	20	1,8	40	1,8
10	15	1,3	9	0,8	24	1,1
11	4	0,4	9	0,8	13	0,6
12	1	0,1	7	0,6	8	0,37
13	1	0,1	3	0,3	4	0,19
14	0	0	2	0,2	2	0,09
15	0	0	1	0,1	1	0,05
Total	1073	100	1124	100	2197	100
% de famílias infecundas						
		18,1		19		18,6
Média filhos/família						
	2,6		2,75		2,67	

Média filhos/família fecunda			
	3,16	3,39	3,2

As percentagens de infecundidade foram semelhantes em ambos os sub-períodos de análise, registando-se o valor mais elevado em 1651-1755, com uma percentagem que se situou nos 19%, em relação ao total das famílias observadas nesse período. A média de filhos nascidos em cada família foi baixa, não chegando a atingir os três filhos por casal. Se considerarmos apenas as famílias fecundas, a média de filhos por família sobe para os 3,16, em 1564-1650, e os 3,39 filhos, em 1651-1755. Das famílias fecundas, as mais frequentes tinham um filho, seguindo-se, respectivamente, as famílias com dois e três filhos. As famílias com cinco ou mais filhos representaram 19,6% do total das famílias observadas em 1564-1650, e 21,9% do total de famílias observadas em 1651-1755.

Mas, incidindo o nosso estudo num período de Antigo Regime em que a população, à partida, se caracteriza pela existência de uma fecundidade e de uma mortalidade elevadas, funcionando a mortalidade precoce da mulher ou do seu cônjuge como condicionante da fecundidade legítima, observámos ainda o número de filhos nascidos por casamento, em função do número anos que os casais permaneceram em união.

**Quadro 13 – Repartição das famílias segundo o número de filhos
(consoante a duração do casamento em anos)
1564-1650**

Número de filhos	Duração dos casamentos											
	0-4		5-9		10-14		15-19		20-24		25-29	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
0	59	17,3	36	15,5	30	21,6	21	18,7	17	20,2	8	12,1
1	160	46,9	44	19	12	8,6	17	15,2	8	9,5	4	6,1
2	102	29,9	49	21,1	14	10,1	13	11,6	12	14,3	5	7,6
3	19	5,6	55	23,7	17	12,3	15	13,4	8	9,5	9	13,6
4	1	0,3	37	15,9	20	14,4	4	3,6	8	9,5	6	9,1
5	-	-	9	3,9	19	13,7	12	10,7	4	4,8	8	12,1
6	-	-	2	0,9	14	10,1	18	16,1	7	8,3	8	12,1
7	-	-	-	-	6	4,3	7	6,2	8	9,5	6	9,1
8	-	-	-	-	3	2,1	3	2,7	2	2,4	3	4,5
9	-	-	-	-	1	0,7	1	0,9	4	4,8	5	7,6
10	-	-	-	-	3	2,1	1	0,9	3	3,6	3	4,6
11	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3,6	-	-
12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,5
Total	341	100	232	100	139	100	112	100	84	100	66	100
% de famílias infecundas												
		17,3		15,5		21,6		18,7		20,2		12,1
Média filhos/ família												
	1,25		2,21		3,27		3,25		3,82		4,64	
Média filhos/família fecunda												

Total	354	100	273	100	143	100	113	100	91	100	63	100
% de famílias infecundas												
		21,2		15,7		22,3		22		13,2		17,5
Média filhos/família												
	1,21		2,28		3,08		3,92		4,53		5,17	
Média filhos/família fecunda												
	1,54		2,7		3,96		5,03		5,21		6,27	

Os valores obtidos e apresentados nos quadros 13 e 14 revelam os efeitos da ruptura precoce dos matrimónios. Em ambos os sub-períodos observados, as famílias que tiveram mais filhos foram as que mais anos permaneceram casadas. Em 1564-1650 e 1651-1755, respectivamente 51,5% e 50,9% dos casais com cinco ou mais filhos estiveram casados entre vinte cinco e vinte e nove anos. Os casais cujas uniões se mantiveram entre 10-14 anos, 15-19 e 20-24 anos, as percentagens dos que tiveram cinco ou mais filhos situaram-se, respectivamente, nos 33%, 37,5% e 37%, em 1564-1650, e nos 32,9%, 43,6% e 51,6%, em 1651-1755.

A média de filhos por casal subiu significativamente, associada à durabilidade do casamento. Quanto mais anos se mantiveram casados, mais elevada era a média de filhos nascidos por união, registando-se a média mais alta nos casais cuja durabilidade do matrimónio atingiu os 25-29 anos, com uma média de 4,64 filhos por família, em 1564-1650, e 5,17 filhos por família, em 1651-1755. Ao excluirmos as famílias estéreis, verificámos que esse valor subiu, respectivamente, para os 5,27 e os 6,27 filhos por família fecunda. Tendo em conta a intensa mobilidade geográfica da paróquia, admite-se que alguns filhos tivessem sido baptizados fora da freguesia.

Conclui-se que, na freguesia da Sé de Lisboa, as famílias cujo matrimónio foi precocemente interrompido pela morte de um dos cônjuges foram as que menos filhos tiveram. De facto, quanto mais anos a mulher se mantivesse casada, maior seria o número de filhos que poderia ter.

6. Duração dos casamentos

Sabendo que, nas populações antigas, a duração do casamento tinha um papel decisivo nos níveis de fecundidade (Henry, 1988), procurámos saber quantos anos, em média, duraram os casamentos na freguesia da Sé de Lisboa e conhecer as percentagens de casais em função do número de anos que estiveram casados, para o período global de 1564-1755 e para os sub-períodos de 1564-1650 e 1651-1755.

Considerámos todos os casais com datas de casamento e óbito do primeiro cônjuge falecido conhecidas, independentemente de se tratar de um primeiro ou ulterior casamento.

Quadro 15 – Duração dos casamentos

Intervalo (anos)	1564-1650		1651-1755		1564-1755	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
0-4	341	31,8	354	31,5	695	31,6
5-9	232	21,6	273	24,3	505	23
10-14	139	13	143	12,7	282	12,8
15-19	112	10,5	113	10,1	225	10,2
20-24	84	7,8	91	8,1	175	8
25-29	66	6,1	63	5,6	129	5,9
30 e +	99	9,2	87	7,7	186	8,5

Total	1073	100	1124	100	2197	100
Média (anos)	12,4		11,5		12	

O cálculo da duração média dos casamentos, quer se tratasse do período global ou dos dois sub-períodos considerados situou-se à volta dos 12 anos, o que confirma a sua pouca durabilidade: 12,4 anos, em 1564-1650; 11,5 anos, em 1651-1755. Estes valores apontam para uma elevada mortalidade adulta, ao longo de todo o período.

Mais de 50% dos matrimónios eram interrompidos antes de atingirem os 10 anos de durabilidade, devido à morte de um dos cônjuges. A percentagem de casamentos interrompidos antes dos cinco anos de matrimónio era também muito elevada: cerca de 30% das famílias eram atingidas pela morte de um dos cônjuges nos primeiros anos de casamento. Poucos foram os casais que se mantiveram em convivência conjugal mais de 25 anos, com uma percentagem que rondou os 15%. Os elevados níveis de mortalidade adulta que levaram a uma pouca durabilidade dos matrimónios poderão, em parte, explicar os elevados índices de infecundidade e ao baixo número médio de filhos por casal observado nesta população.

7. Aproximação à mobilidade geográfica

A mobilidade é uma variável demográfica influente. Para se compreender a evolução demográfica duma freguesia urbana duma cidade como Lisboa, desde há muito aberta ao exterior, teremos que ter em conta a importância do fenómeno da mobilidade. Apesar da metodologia de reconstituição de paróquias possibilitar o cruzamento com outras fontes e, ao isolar o indivíduo da família, permitir que se avance no estudo desta variável (Amorim, 1992), no nosso trabalho deparámo-nos com dificuldades no acompanhamento dos indivíduos e das famílias, pelo facto de não possuímos registo

sistemático de mortalidade infantil, essencial para o acompanhamento do percurso de vida dos nascidos na paróquia. Se tivéssemos registo de mortalidade infantil e uma data real ou convencional de todas as saídas da freguesia, não apenas por óbito mas também por afastamento, seria possível, com base no ficheiro de indivíduos, onde estão todos os nascidos ou com percurso registado na freguesia, a execução de cálculos indicadores de mobilidade geográfica.

Na ausência de registos de óbito de menores, não sabemos se as pessoas, para as quais não foi registado óbito, saíram da freguesia ou faleceram sendo ainda crianças. Por outro lado, a morosidade deste trabalho inviabilizou, por motivos de tempo disponível, o cruzamento dos dados da paróquia reconstituída com outro tipo de fontes, como os registos de passaportes, de modo a aprofundarmos o conhecimento desta variável.

Mas, através dos registos paroquiais percebemos que era uma paróquia com uma forte mobilidade, pelas naturalidades dos indivíduos e pela dificuldade de os acompanharmos nas suas trajectórias de vida, pelo facto de saírem do nosso campo de observação.

Não pudemos esquecer que a Sé era uma paróquia da maior cidade do Reino, e uma freguesia central da cidade de Lisboa, localizada perto do mar e do porto, onde o movimento de pessoas e mercadorias era uma constante, a mobilidade era intensa, assim como a heterogeneidade populacional. Lisboa era palco de uma multiplicidade de movimentos e destino de pessoas vindas de todo o país e do estrangeiro.

A freguesia da Sé, localizada perto da Ribeira, era também sítio de passagem e residência de muitas pessoas, de uma diversidade de proveniências geográficas. Muitos dos que vieram de fora isolados ou em família casaram na igreja da Sé, como tivemos oportunidade de observar pela origem geográfica dos nubentes celibatários, tendo-se alguns deles fixado na paróquia, definitiva ou temporariamente.

Além dos que vinham de fora, acabando por contrair matrimónio na freguesia da Sé, vinham também casais que, não tendo casado na freguesia da Sé, aí baptizaram um ou mais filhos, sendo o baptismo das crianças o único acto conhecido na paróquia. Por outro lado, constatámos pelos registos de óbitos que muitos faleciam na freguesia da Sé, sendo naturais de outras freguesias da cidade, das mais diversas partes do Reino e mesmo do estrangeiro.

Mas, para além destes movimentos de entrada de pessoas não naturais da freguesia, registam-se ainda os movimentos de saída dos nascidos na paróquia, muitos acabavam também por se ausentar. À medida que avançávamos na recolha e cruzamento dos registos paroquiais apercebemo-nos da grande dificuldade em acompanhar os movimentos geográficos dos indivíduos e das famílias desta paróquia, nomeadamente pela falta de registo sistemático de mortalidade dos menores de sete anos.

Assim, não podendo acompanhar as saídas e entradas das famílias e dos indivíduos, tentámos uma aproximação à mobilidade geográfica da freguesia da Sé de Lisboa, tendo como base as naturalidades dos cônjuges que, sendo ambos naturais do exterior, entraram na freguesia já depois do casamento. Observámos as famílias móveis e as famílias que se mantiveram estáveis na freguesia e também o fenómeno da mobilidade individual através dos registos de óbito.

Estas análises confirmam a grande mobilidade geográfica e inter-paroquial já observada através das naturalidades dos nubentes celibatários, e também, a proximidade geográfica de origem dos homens e principalmente das mulheres casadas que entravam na freguesia da Sé. A percentagem, sobretudo de homens casados, que vinham do Arcebispado de Braga foi também significativa.

No quadro 16 estão representadas as percentagens de óbitos dos indivíduos falecidos na paróquia entre 1570 e 1750 com naturalidade conhecida. Separámos os nascidos na

paróquia dos que, tendo vindo de fora, nela acabaram por falecer, sendo naturais do exterior com estado civil conhecido, e excluímos os menores de sete anos, pelo facto dos padres da freguesia da Sé apenas os terem registado esporadicamente.

**Quadro 16 – Efetivos ao óbito com naturalidade e estado civil conhecidos
1570-1750**

Estado Civil	Naturais		Não Naturais		Total	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
Total	232	23,1	774	76,9	1006	100

Fonte: registos paroquiais de óbito

De acordo com os registos de óbito da paróquia da Sé de Lisboa, a grande percentagem de indivíduos que aí faleceram, entre os finais do século XVI e a primeira metade do século XVIII, com naturalidade e estado civil conhecidos, não eram naturais da paróquia. Vieram maioritariamente de outras partes do Reino. Mas, na paróquia da Sé faleceram também pessoas de outras nacionalidades: espanhóis, franceses, italianos, flamengos, irlandeses e brasileiros, entre outros. Faleceram ainda pessoas naturais das Ilhas, da Guiné, da Índia e das praças africanas de Tânger e Mazagão.

Os registos paroquiais assinalam a passagem de uma multiplicidade de pessoas pela freguesia da Sé, desde escravos, estrangeiros vindos de várias nações, e que, segundo Frei Nicolau de Oliveira (1991), eram habitualmente em grande número. Mas além destes, havia também os portugueses hóspedes, muitos hospedados na freguesia da Sé, e que aí acabaram por falecer, como comprovam os registos paroquiais. Outros vinham à Corte negociar ou vinham nos barcos trazer e levar mercadorias.

Contudo, as escassas referências feitas pelos párocos às profissões desempenhadas, impediram-nos de perceber até que ponto o tipo de trabalho por eles exercido na cidade, poderia influenciar e atrair pessoas à freguesia da Sé de Lisboa.

Sabemos, contudo, que além das pessoas livres que passaram e residiram na freguesia da Sé, passaram e residiram também muitos escravos, que deixaram actos vitais registados na paróquia. Dos que faleceram na freguesia, nem sempre nos foi dado a conhecer a sua proveniência geográfica. Contudo, a percentagem dos falecidos na paróquia entre 1570-1750 com naturalidade e estado civil conhecidos mostra que 23,1% eram naturais da freguesia da Sé e 76,9% eram naturais do exterior, o que aponta, mais uma vez, para a grande mobilidade geográfica que caracterizava esta freguesia da cidade de Lisboa.

8. Uma sociedade hierarquizada

Como nos diz António Hespanha (1986), o pensamento social do Antigo Regime, caracteriza-se pela “definição do ser individual” a partir da representação organicista da sociedade, isto é, a partir da consideração das suas funções sociais que, por sua vez, eram definidas “a partir da constituição tradicional da sociedade”. Deste modo, a caracterização social dos indivíduos seria uma qualidade inerente à própria natureza do indivíduo. Contudo, os elementos em que a sociedade se analisava não eram os indivíduos mas os grupos de indivíduos detentores de uma mesma função social e titulares de um mesmo estatuto. Por outro lado, os estatutos correspondentes a essas funções e a integração dos indivíduos nos respectivos grupos eram definidos pela tradição, havendo como que uma sujeição de cada um ao lugar social que tradicionalmente ocupara. Neste sentido, o estatuto social decorria fundamentalmente de

uma “posse de estado” estabelecida pela tradição familiar, pelo uso e pela fama e comportar-se de acordo com a sua condição social (Hespanha, 1986).

Assim, a uma sociedade naturalmente estratificada correspondia uma “sociedade ordenada” com base na desigualdade, na medida em que a ordenação política da sociedade, segundo o que se entendia ser a sua estratificação natural, conduzia à constituição de estatutos diferentes, correspondendo cada um a uma função social, cujos protagonistas seriam os diferentes grupos sociais a que a tradição atribuía essa função. A este conjunto de pessoas com o mesmo estatuto, a teoria social e jurídica do Antigo Regime chamava “estado” ou “ordem”. A ordem social era, assim, concebida na hierarquia dos seus distintos corpos: clero, nobreza e povo, ligados, respectivamente, à função religiosa, guerreira e económica, funções sociais consideradas fundamentais. Mas, apesar da estratificação tradicional da sociedade assentar na função correspondente a cada “estado” ou “ordem”, pertencendo ao clero a função religiosa, foi-se registando uma progressiva separação entre “estado” e as funções sociais tradicionais desempenhadas por cada um deles.

De facto, com as grandes transformações das estruturas sociais, as funções sociais tinham-se modificado, diversificado e especializado, de modo que, na época moderna, embora a distinção destes três “estados” assente em três funções sociais se mantivesse legitimada pela tradição, na realidade, as funções sociais não correspondiam a essa divisão da sociedade, pois pouco tinham a ver com as realidades sociais quotidianas tornando-se a estratificação social com base nessa distinção cada vez menos precisa e menos significativa (Hespanha,1986). Na realidade, a estrutura estatutária era mais complexa na sociedade moderna e, como refere Nuno Monteiro (1996), esta representação da sociedade “como um conjunto de corpos juridicamente sancionados não garante que a sua estratificação social seja imediatamente visível, nem assegura

uma correspondência linear entre os corpos sociais definidos pelo direito e as hierarquias sociais”.

Relativamente a Lisboa, cidade de corte desde os finais do século XIII, além de uma sociedade de corte, da qual faziam parte titulares ou grandes, altos funcionários da administração, comandantes militares e navais, outros grupos socialmente diversificados constituíam a vasta população lisboeta dessa época. Desde negociantes, mercadores, trabalhadores, vendedores, militares, os que se ocupavam dos ofícios mecânicos, ricos e pobres, livres e escravos, e mesmo homens e mulheres ligados à igreja habitavam na cidade de Lisboa.

É a presença desta diversidade de homens e mulheres que procurámos identificar através das profissões, cargos desempenhados, títulos, formas de tratamento registadas pelos párocos nos registos paroquiais da freguesia da Sé desta cidade, entre os séculos XVI e XVIII.

Os elementos de que dispomos são, contudo, diminutos. A falta de informação sistemática não nos permitiu determinar, entre a variedade de funções e cargos dos seus habitantes, uma eventual predominância de determinados grupos sociais. Impedidos, assim, de chegar a qualquer tipo de generalização ou conclusão, julgamos, no entanto, que nos poderão dar uma visão geral da diversidade de ocupações e cargos exercidos por essa população urbana e indiciar uma maior ou menor presença de determinadas categorias sociais entre essa população.

Começámos por organizar as profissões masculinas separadamente das profissões femininas. Foi visível uma grande diversidade de ocupações. Os criados foram os mais referenciados nos assentos da paróquia. Por vezes, os párocos acrescentavam nos registos os nomes e, esporadicamente, as profissões ou títulos das pessoas para quem

trabalhavam. Expressões como, “*de casa de...*” seguidas do nome do empregador, foram também frequentes. Nos casos em que as profissões ou títulos das pessoas para quem esses criados trabalhavam foi identificada, pudemos observar que se tratava de membros do clero designadamente padres, capelães, arceprestes, arcediagos, cónegos, deões, chantres, bispos e arcebispos e também pessoas ligadas a determinados cargos como desembargadores, juízes, provedores e corregedores, entre outros. Alguns criados trabalhavam em casa de condes e pessoas cujo nome nos registos era precedido de “*dom*” ou “*dona*” e, um número muito reduzido, trabalhava para pessoas ligadas aos ofícios de barbeiro e canasteiro.

As pessoas para quem esses criados, cozinheiros, cocheiros e outros trabalhavam, e o maior número de registos identificados envolvendo famílias ou indivíduos com profissões de natureza doméstica, comparativamente com outras ocupações, parece indicar a presença na freguesia da Sé de uma população que necessitava de servidores, necessários para o desempenho de uma diversidade de tarefas, como eclesiásticos, detentores de cargos públicos, e mesmo titulares.

Por outro lado, o termo “criado” englobava uma variedade de funções, nomeadamente trabalhadores não qualificados de oficinas ou lojas, moços de recados, ajudantes, copeiros, e outros. Sabemos que, “ (...) *honde há hi tanta visinhança, e de tantas calidades e diversos hoffsçios e condições, nã pode deixar de haver servidores muitos, que ganhe dinheiro por soldadas, nam etrando no que quero dizer duques, condes e outros senhores, somete ho outro mais povo (...)*” (Brandão, 1552).

A presença de doutores e/ou licenciados foi também frequente nos registos. Por vezes, ao referir-se à mesma pessoa, o cura da paróquia escrevia “doutor” num ou mais

registos e noutros “licenciado”. Sabemos que se tratava de pessoas letradas e, na maioria das vezes, desconhecemos qual a actividade profissional por eles desempenhada. Alguns, eram designados doutores ou licenciados em leis, mas também doutores em medicina e “físicos doutores”.

As referências feitas pelos párocos, indicam também a presença na freguesia de pessoas ligadas aos ofícios mecânicos e ao comércio, designadamente sapateiros, barbeiros, mas também canastreiros, alfaiates, taverneiros, carpinteiros e mercadores, entre outros. Das raras referências feitas ao local de origem dos mercadores, encontra-se Cáceres, Castela e Brasil.

No que se refere aos ofícios, certas vezes, fora dada a indicação por parte dos párocos que se tratava de um oficial de sapateiro, barbeiro, alfaiate, carpinteiro, pasteleiro e outros. Entre os barbeiros estava um “barbeiro del rei”, em 1601. Relativamente aos sapateiros, encontrámos a referência a “sapateiros de obra miúda” e “sapateiros remendões” e encontrámos também “obreiros” e “aprendizes” de um ofício.

A presença de canastreiros foi também notória e aponta para uma importante indústria de canastras, existente na rua das canastras, cujo nome proveio dos canastreiros que para ali foram arruar-se, e onde se faziam umas trezentas canastras por dia. Muitas destinavam-se ao serviço de limpeza, servindo para transportar as imundícies da cidade, que eram levadas para o mar.

A referência aos cerieiros, pessoas que faziam velas ou outras obras de cera, foi também frequente nos registos, comparativamente com outras actividades, possivelmente explicável pela necessidade de iluminação nas casas e nas igrejas e também a necessidade de velas para as festas, procissões e outras celebrações religiosas, intensas na igreja e na freguesia da Sé.

Relativamente aos que estavam ligados ao comércio, além dos mercadores, frequentes nos assentos da paróquia, encontrámos também vendedores, vendedores da Ribeira, vendedores de produtos alimentares, vinho e caça. Uma outra designação foi a de regatão, regatão da ribeira e regatão de fruta seca.

Uma outra categoria social bastante representada nos registos da paróquia, foram os trabalhadores. Não era feita qualquer referência ao tipo de trabalho por eles exercido, mas depreende-se que desempenhavam tarefas pouco qualificadas. Dos poucos casos com local de trabalho identificado, vimos que trabalhavam na Alfândega, na Ribeira, no Terreiro do Trigo e na Tumba dos defuntos da Misericórdia. Outros, trabalhavam “no peixe” ou “pescado”.

Os designados trabalhadores da Ribeira, trabalhavam ao longo do rio na descarga de inúmeras mercadorias, como madeira e lenha vindas do Ribatejo.

As escassas referências feitas a pescadores, parecem indiciar uma presença pouco significativa desta categoria profissional na freguesia. Entre as ocupações ligadas ao mar, os marinheiros e os barqueiros foram os que mais apareceram nos registos da paróquia.

No que se refere à indústria alimentar, os atafoneiros, isto é, aqueles que possuíam ou trabalhavam num engenho ou máquina de moer grão, e os pasteleiros, foram os mais referenciados pelos párocos. Mas, nos registos da paróquia da Sé está representada uma grande variedade de ocupações desempenhadas pelos seus habitantes.

Embora os elementos de estudo de que dispomos sejam bastante reduzidos para se poder fazer afirmações conclusivas, a maior ou menor frequência de determinadas profissões relativamente a outras, poderão indiciar uma maior ou menor presença na freguesia da Sé de determinadas categorias sociais e profissionais, como foi o caso dos trabalhadores, doutores, licenciados, sapateiros, barbeiros, canastreiros, alfaiates,

taverneiros e mercadores. A presença significativa de criados e dos referenciados como “*de casa de...*” ou “*moço de servir*”, poderão ainda apontar para a presença de gente nobre na freguesia da Sé.

Relativamente às mulheres, os registos paroquiais indicam a presença na freguesia da Sé de criadas, amas, taverneiras, medeiras do terreiro do trigo, padeiras, forneiras, lavadeiras, trabalhadoras, mulheres que “*davam camas*”, lavadeiras, mulheres “*da ribeira*” ou trabalhadoras da Ribeira, vendedoras de água, aguardente, fruta, caça, galinhas, sal, peixe, passas e figos, entre outras. Se englobarmos no mesmo grupo as criadas, as amas, as moças de servir e as que trabalhavam em casa de pessoas, ou seja, as referenciadas como “*de casa de...*”, verificamos que foi o grupo ocupacional mais referido nos assentos da paróquia. Tal como nos homens, estas servidoras trabalhavam sobretudo para membros do clero e da nobreza, mas também para pessoas ligadas aos ofícios e à actividade mercantil. Entre os nobres com criadas e/ou amas contava-se a aristocracia titular e com “*Dom*”. São disso exemplo, entre outros, a criada da marquesa de Gouveia; a criada da Senhora dona condessa de Portalegre; a criada do marquês mordomo-mor, e mesmo uma criada da rainha, identificada em 1584. Outras mulheres, trabalhavam em casa de corregedores, desembargadores, e outros detentores de cargos públicos. Mas, casos como, criada de António Fernandes da fruta seca, criada de um mercador, alfaiate, barbeiro e taverneiro foram também mencionados.

A presença de mulheres ligadas à hospedagem deve-se à importância da hospedagem na freguesia da Sé. A rua das canastras, localizada nesta freguesia, próximo do rio e da zona comercial da cidade, foi uma das preferidas para a instalação da hospedagem, sobretudo a que se destinava a dar camas para pernoitar. Estas casas que, no século XVI, davam camas, antecederam as hospedarias do século XVII, tão comuns na

freguesia da Sé, e que no século XVIII se transformaram em estalagens (Macedo, 1939). A importância da hospedagem em certos locais da freguesia da Sé, designadamente na rua Afonso de Albuquerque, na rua das cruzes da Sé e nas portas do mar reflectiu-se nos assentos paroquiais, onde aparecem referenciados os nomes dessas casas e pessoas que aí trabalhavam.

Os registos apontaram também para a presença de pessoas com cargos que reflectem a presença na freguesia de pessoas ligadas ao alto e médio funcionalismo público e militares, entre outros. Os escrivães, desembargadores, guardas, procuradores, juízes, provedores, foram os mais referenciados nos registos da paróquia. Mas, encontrámos também pessoas ligadas a ofícios da Casa Real, como vedor, almotacé-mor, correio-mor, guarda-mor, entre outros. Pelas referências feitas a títulos, como conde e marquês, e formas de tratamento, nomeadamente “Dom”, “Senhor” e “dona” e “senhora” estava implícita uma diferenciação social, parecendo indiciar a presença de representantes da alta nobreza entre a população presente nesta freguesia. O tratamento por “dom” e “dona” podia apenas ser utilizado por determinadas categorias sociais: bispos; condes; entre outros.

A presença da corte em Lisboa reflecte-se também nos assentos de óbito da paróquia da Sé, onde constam óbitos da família real: D. João IV falecido em 1656; D. Pedro II, em 1706; D. João V, em 1750, e outros.

Os registos paroquiais de óbito apontam ainda para uma presença notória de uma hierarquia eclesiástica: padres; bispos; arcebispos, entre outros, presença que decorre da importância das funções religiosas aí desempenhadas.

Os registos paroquiais da freguesia da Sé de Lisboa apontam para uma população socialmente bastante diversificada, característica duma grande cidade, como era a cidade de Lisboa nos séculos XVI a XVIII.

Bibliografia

- AMORIM, Maria Norberta (1991), *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*, Braga, Universidade do Minho.
- AMORIM, Maria Norberta (1992), *Evolução Demográfica de Três Paróquias Do Sul do Pico-1680 - 1980*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- AMORIM, Maria Norberta (1995), “Reconstituição de Paróquias e Análise Demográfica. Estudo comparativo de gerações nascidas em duas paróquias periféricas de Portugal entre 1680 e 1850”, REHER, David (coord.), *Reconstituição de Famílias e outros métodos microanalíticos para a história das populações. Estado actual e perspectivas para o futuro*, Actas do III Congresso da ADEH (Associação Ibérica de Demografia Histórica), vol.1, Porto, Afrontamento, pp. 35-64.
- AMORIM, Maria Norberta (2004), “Comportamentos demográficos de Antigo Regime na Península Ibérica”, *Ler História*, (47), pp. 147-170.
- BRANDÃO, João (de Buarcos) (1990), *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, (org. e notas) José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte.
- BIDEAU, Alain (1984), “Mecanismos Auto-Reguladores de Populações Tradicionais”, MARCÍLIO, Maria Luíza (org.), *População e Sociedade. Evolução das Sociedades Pré-Industriais*, Petrópolis, Vozes, pp.47-68.
- COSTA, P. Antonio Carvalho da (1869), *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal com as noticias das fundaçoens das cidades, villas, e lugares, que contêm; Varoens illustres, genealogias faz familias nobres, fundaçoens de conventos, catalogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, e outras curiosas observaçoens*, Tomo Terceyro, 2ªed., Braga, Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea.
- DUPÂQUIER, Jacques (1984), *Pour la Démographie Historique*, Paris, P.U.F.
- GODINHO, Anabela Silva de Deus (1999). Comportamentos demográficos de uma freguesia rural do Baixo Alentejo: Selmes (séculos XVIII-XIX), Dissertação de mestrado, Lisboa: ISCTE.
- GODINHO, Anabela Silva de Deus (2010), Lisboa Pré-Pombalina: A freguesia da Sé Demografia e Sociedade (1563-1755). Tese de doutoramento, Lisboa:ISCTE.
- GONÇALVES, Iria Vicente, (1980) “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, (1).
- HENRY, Louis (1988), *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Gradiva.

- HESPANHA, António Manuel (1986), *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal – século XVII*, vol. I, Lisboa, S/D.
- LACHIVER, Marcel (1969), *La Population de Meulan du XVII au XIX siècle (vers 1600-1870) : Étude de démographie historique*, Paris, S.E.V.P.E.N.
- LEBRUN, François (1983), *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Edições Rolim.
- MACEDO, Luiz Pastor de (1939), *A Rua das Canastras. Subsídios para a História das serventias públicas da Freguesia da Sé de Lisboa*, Lisboa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1994), “Depois da Reconquista. A cidade na Baixa Idade Média”, MOITA, Irisalva (coord.), Lisboa, *O Livro de Lisboa*, Livros Horizonte.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1995), *Breve História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença.
- MOLS, S.J. Roger (1954), *Introduction à la Demographie Historique des Villes d’Europe du XIV au XVIII siècle*, Louvain, Duculot.
- .MONTEIRO, Nuno Gonçalo de Freitas (1996), *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de, (1938), *Sumário em que brevemente se contém algumas cousas (assim eclesiasticas como seculares) que há na cidade de Lisboa*, Lisboa, Biblion.
- OLIVEIRA, Frei Nicolau de (1991) 1ª ed., 1620, *Livro das Grandezas de Lisboa*, prefácio de Francisco Santana, texto actualizado por Maria Helena Bastos, Lisboa, Vega.
- ROWLAND, Robert (1987), Nupcialidade, Família, Mediterrâneo, *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, 5 (2).
- ROWLAND, Robert (1988), “Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX). Una perspectiva regional”, PÉREZ MOREDA, V. e D. REHER (eds.), *Demografía histórica en España*, Madrid, El Arquero, pp.72-137.
- Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa, in *Archivo Historico Portuguez*, vol. XI.
- VILLALBA, Bartolomé y Estaña Gianbattista Confalonieri (2002), *Por terras de Portugal no século XVI*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.